

## O DISCURSO FACE AS QUESTÕES DE GÊNERO, PODER E EXCLUSÃO

Suzana Mary de Andrade Nunes

*(Universidade Federal de Sergipe, suzanamary@hotmail.com)*

**Resumo:** Este estudo analisa fragmentos de discursos político e jurídico durante o impeachment e pós-impeachment, a fim de apreender a integração de discursos velhos combinados aos novos dentro da perspectiva da linguagem utilizadas por mulheres em cargos e funções de poder. Para tal, subsidia-se das teorias da enunciação em interface aos Estudos de Gênero. A AD é o método de análise dos pronunciamentos orais divulgados em cadeia nacional e internacional, por meio de canais abertos de televisão e redes sociais – corpus de análise, de modo que as inflexões discursivas apontem para reprodução ou inovação de estratégias reconhecidas como características femininas ou masculinas – interdiscursividade. Destacam-se as estruturas linguísticas que apontam para reprodução da cultura machista e patriarcal, implícita ou explícita, a partir de modalizadores enunciativos: palavras, frases, enunciados entrecortados, pausas, entonações de voz, balbucios, trazendo uma carga de sentidos e significados, ao passo que privilegia a posição dos enunciadores diante do intercruzamento entre as influências do texto e contexto no sentido de produzir sentidos e significações. O escopo analítico, portanto, debruça-se sobre a condição de instrumento comunicacional construído socialmente frente à falência da lógica racional e a inserção do sujeito ambíguo, contraditório e contingencial, contudo, autoral e respondente do discurso.

**Palavras-chave:** Estudos de Gênero, homonacionalismo, discurso, poder, exclusão.

Este estudo analisa os discursos femininos e masculino no senado federal, casa do Poder Legislativo Federal, espaço de um dos três poderes, os quais apontam significados e significações da herança patriarcal, bem como reflete a segregação entre os gêneros, por outro lado, e ao contrário, os discursos nas ruas, espaços informais e casa do povo brasileiro, percebe-se crescentemente, a igualdade de gêneros, por meio do uso da língua.

Diante deste dois pontos opostos, pretende-se criar um possível mosaico entre os discursos formais e informais, de modo que sejam apresentados a delicadeza e intensidade dos tons e nuances que apontam para as mudanças e permanências, uma vez que a língua é vista como um código social e cultural; construção identitária de um determinado grupo ou comunidade social.

O método de Análise do Discurso situa laços produzidos intergênero dentro de uma visão da interdiscursividade do corpus analítico. Assim, a proposta que move a análise das estruturas linguísticas em interface com a funcionalidade enunciativa na enunciação produz significação à amostra analisada. As análises estão envolvidas de cargas históricas, ideológicas e subjetivas representadas, através das estruturas linguísticas orais ou escritas; improvisadas ou elaboradas por

fontes gramaticais lógicas, retóricas, a fim de alcançar os objetivos propostos dos grupos que legitimam a autoria do discurso.

As referências teóricas, as quais tornam-se aporte para o diálogo e entendimento das significações produzidas pelos discursos partem das concepções linguísticas de Bakhtin (1992); Maingueneau (2002; 1991), Pêcheux (1969), Pêcheux & Fuchs (1975), Pinto (2014), Charaudeau (2014) culminam em interface com os Estudos de Gênero e em destaque a perspectiva de posições frouxas dos sujeitos em enfrentamentos de poder e em contradição no que diz respeito aos discursos, que reproduzem a cultura machista e patriarcal nas mais diferentes posições objetivas que elas são manifestadas “[...] na verdade, este "eu" não estaria a pensar, a falar “eu” se não estivesse em muitas posições em oposição àquelas, uma que pede que o discurso avance; enquanto outras solicita a instrumentalização e a reflexão sobre o assunto, todas elas são parte e constitui-me” (Grifos da autora – BUTLER, 1992, p. 09).

Nesse sentido, a capacidade de “pôr para funcionar” conceitos e categorias (mesmo que provenientes de quadros teóricos distintos conduzem tanto para resistência e enfrentamento à visões postas ou pré-estabelecidas, mas, que em meio às lutas apreende-se o inescapável imposto pela cultura patriarcal e excludente de gêneros. Com isso, percebe-se a queda ou o tropeço do ativista seja no campo pragmático ou teórico.

As pesquisas de Gênero e dos movimentos Queer apontam para permanência de categorias, sob a ordem do binômio que ora reforça a generalidade da heterossexualidade pela diferença ou como categoria distintiva ou opositiva das mulheres, do homossexual, do transexual, etc. Há também os movimentos em defesa das mulheres negras por meio de teóricas e ativistas negras; a luta das mães para assegurar creche e condições adequadas para o trabalho e, assim, o *ad eternum* do lugar do discurso sectário, de dominação ou da submissão, que reforçam a cultura patriarcal, espaço para função masculina e de poder se desdobram em liberais transnacional em diferentes contextos sociais, como, por exemplo, e não menos significativo a sociedade científica “[...] O que ocorre é simplesmente – como presenciei no Congresso “Sexual Mationalisms”, em Amsterdão, um recentramento dos traços queer seculares brancos e das suas ansiedades relativamente aos Outros Raciais. [...] (PUAR, 2015, 303).

Esta ideia monística precisa tomar tónus no sentido de romper com a homonormatividade, a fim de formar um mosaico articulado pela ética de igualdade e justiça social, independente da categoria que o sujeito se reconhece, mas sustentado pelo enunciado que este mesmo sujeito se constitui na enunciação. [...] A minha teorização do homonacionalismo assenta num mosaico de forças, afetos,

energias e movimentos desterritorialização e de reterritorialização. [...] como proporciona um modo de registrar mudanças históricas no termo da Modernidade [...] (PUAR, 2015, p. 299).

Embora se tenha a convicção que a transversalidade de categorias – gênero, etnia, geração, religião – evocam aspectos maleáveis que induzem a análises e resultados diferenciados. Com isso, analisar os discursos de sujeitos em instâncias de poder devem ser levadas em consideração o momento político, as forças partidárias dominantes e dominadas, o texto e o contexto – enunciado e enunciação.

Contudo, não se pode perder de vista as ideologias que contornam ou refletem a construção identitária de determinado/s grupo/s social/is, assim como as forças que as legitimam. Nessa direção, segue-se a concepção foucaultiana ao afirmar que o poder jurídico legitima o poder político, assim, a transversalidade da análise de gênero aponta para elementos que não só reforçam, mas movem os sujeitos a determinadas posições, e, por sua vez, os situam em determinados pontos da enunciação:

A maioria do grupo político é constituído de homens heterossexuais, brancos, representantes do poder econômico que financiam as campanhas eleitorais. Somente 15% do grupo político do senado federal é constituído de mulheres. Este quantitativo se observado é menor, uma vez que partes destas mulheres são suplentes e, portanto, estão silenciadas. Deste percentual de 15%, prevalece mulheres herdeiras de um legado político familiar e de manutenção do poder que defende a estratificação das classes, etnias, religião, etc.

Seguindo a mesma ordem política, o Supremo Tribunal Federal é composto de 11 ministros, sendo 9 homens e 2 mulheres. Todas/os representam o grupo heterossexual, branco das classes privilegiadas. As evidências apontam para permanências da reprodução da cultura patriarcal, que, possui vez, aponta para homonormatividade no sentido de que o poder é centralizador, discriminatório e exclusivo.

O contexto de análise do corpus é o plenário do Senado Federal no período do impeachment e de pós-impeachment. Esse contexto privilegia algumas perspectivas de análise, contudo, pretende-se, nesse momento, analisar os significantes alinhados aos significados e significações sob a perspectiva de gênero. Além disso, pode-se contornar os enfrentamentos diante de forças opositivas e resistentes a inclusão; a oportunidades de direito e a igualdade na diversidade dos gêneros.

A escolha desse período e dos usos dos discursos deve-se a repercussão dos fatos e o acalorado debate em que a população, conjuntamente, com os partidos políticos reverberam posições que refletem o binômio “Eu” e “Eles”.

## **A Linguagem e a troca discursiva de constituição de gênero na sociedade excludente**

Essencialmente, os encadeamentos dos enunciados permanecerão em um contínuo fluxo de produção<sup>1</sup> em busca de dignificados e significação, por meio da linguagem/discurso que são (re)produzidos em diferentes contextos e períodos históricos. Enfatiza-se a concepção de Bakhtin (1992) ao assinalar a posição de sujeitos que nunca são locutores primários, ou seja, a intertextualidade ou a interdiscursividade perpetua-se, na própria dinâmica de intercruzamentos das unidades linguísticas.

A linguagem é estudada como um processo, investigando-se o explícito e implícito, aberto ou silenciado das interações (normalmente conversações) entre pelo menos duas partes, ou procuram-se padrões produzidos pelas personagens usadores da linguagem (ANTAKI & DIAZ, 2004). Nesta abordagem, os analistas estão mais interessados no “uso” do que na linguagem em si mesma, daí que a interação entre pessoas se torna o ponto de interesse motriz. Os padrões podem ser identificados em termos de uma sequência de contribuições para uma interação ou uma espécie de sinais de orientação típico para estabelecer o elo comunicacional.

Pinto (2014) retoma Fairclough (1992) que faz a distinção entre uma ‘intertextualidade manifesta e uma intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade’. Esta última diferencia-se da primeira porque se relaciona com o cruzamento entre gêneros e estilos discursivos. (PINTO, 2014, p. 111). Ainda sobre a diferença entre intertexto e interdiscurso, Pinto (2014) traz a concepção de Fiorin ao realizar a separação entre os conceitos de intertexto/interdiscurso e intertextualidade/interdiscursividade. A autora salienta, que há traços elementares que os distinguem, uma vez que a intertextualidade é “um processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo”; enquanto a interdiscursividade é um processo de incorporação de “percursos temáticos ou figurativos”, ou seja, são apropriados os temas e/ou figuras de um discurso para produção de outros discursos.

Mainueneau (1991) retoma o conceito de interdiscurso criado por Bakhtin (1992) ao afirmar que a informação de um indivíduo segue a contribuição de uma informação anterior e, por isso, é inevitavelmente modelada por ela. Além disso, o significado será criado no seio e no decorrer da interação. O “usador” da linguagem está, por isso, constrangido pelo contexto interativo “a perspectiva dialógica diz que a alteridade irredutível através do texto parece menos como uma

---

<sup>1</sup> Conforme a ata do Senado Federal, o processo tem, até o momento de conclusão do julgamento, 72 volumes com cerca de 27.000 páginas arroladas.

expressão de um ponto de vista interativo do que uma voz múltipla unificada. (MAINGUENEAU, 1991, p. 153). Segundo o autor, não há uma preocupação em Bakhtin em tratar de maneira sistemática as questões sintáticas/semânticas dos textos, uma vez que privilegia a questão dos gêneros do discurso. Nesse sentido, retomar Bakhtin, neste texto, tem como pressuposto teórico o olhar sobre o intergênero na interdiscursividade para melhor afinar-se ao fulcro criativo do teórico. Maingueneau (1991) destaca “da interação entre enunciador e coenunciador, mas também a imersão do discurso no qual ele se levantou em interdiscurso não tem a função de atravessá-lo” (Grifos da autora – MAINGUENEAU, 1991, p: 153-154). Assim, o recurso tem uma função que transcende a repetição, além de apropriação e persuasão do seu próprio discurso, a remissão ao enunciado anterior redimensionará a significação e subverte a ordem do fluxo linguístico. Em situações específicas, a preservação das fontes sempre de autoria enunciativa do sujeito comunicacional traz intencionalidades explícitas e implícitas.

Nesse sentido, a interdiscursividade no campo científico não tem uma visão de atravessar a anterioridade do discurso para ancorar o sujeito enunciador dentro da enunciação, mas de recriá-lo, a partir de um texto embreado, também sob a perspectiva não somente científica, mas submisso à diferentes discursos institucionalizados: político, jurídico, pedagógico, literário, dentre outros.

### **Análise do Discurso, uma visão crítico-analítica do poder das mulheres**

Este estudo traz três fragmentos dos discursos políticos e jurídicos de mulheres durante o processo de impeachment e pós-impeachment que se manifestaram em contextos de poder, as quais, atuaram de maneira ativa, criando, por sua vez, posições partidárias de alto alcance populacional. Foucault (1999) assinala ““paz civil”, as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de poder [...], num sistema político, deveria ser interpretado apenas como as continuações da guerra. (FOUCAULT, 1999, p. 23).

Os pronunciamentos dos discursos são meios dos sujeitos expressarem o seu poder e de manterem a estabilidade imaginária que lhes asseguram estar naquele contexto. Foucault (1999) assinala [...]. O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa presentes nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos uns dos outros [...]. (FOUCAULT, 1999, p. 23).

Os registros audiovisuais, por meio dos suportes dos meios de comunicação: televisão e redes sociais, assim como, os procedimentos de recolhimento dos discursos tornam-se corpus da análise

do discurso, ligando o estável da gramática ao equívoco do sujeito, à contradição e ratificação da autoridade como responsável pelo que foi dito no movimento da descrição e da interpretação das marcas do discurso, ao passo que provoca o fluxo dos sujeitos enunciativos e coenunciadores. Rompe-se os limites enunciativos, estabelecendo contratos dialogais no intertempos e interespaços, ou seja, remete-se a desterritorialização e reterritorialização dos sujeitos nas suas diferentes posições e categorizações, visto que há implicações frente as escolhas e convicções os tornam políticos partidários.

### **Transcrição do fragmento discursivo da Advogada de defesa ao impeachment**

Eu peço desculpas porque eu sei que a situação que ela está vivendo não é fácil; eu peço desculpas porque eu sei que muito embora esse não fosse o meu objetivo, eu lhe causei sofrimento.

E eu peço, que ela [], um dia [], entenda [], que eu fiz isso, pensando, também [], nos netos dela  
Eu agradeço. (ADVOGADA).

### **(1)ANÁLISE**

Identifica-se a invariante sintagmática “desculpas” em discursos anteriores, apontando para interdiscursividade. Pêcheux (1997) assinala que o elemento de regularidade aponta para a conservação da invariante, através da variação morfemática em que o sistema de representações se reinscreve, através das variantes que se repetem progressivamente. Esta repetição, portanto, traz uma carga valorativa que determina posições e, por sua vez, ilustram um argumento forte para chegar ao objetivo de persuasão e convencimento.

Supostamente, o coenunciador na posição de “Tu” são os ouvintes, os (tele)espectadoras/es, que nem sempre coincidem com quem está estabelecendo o diálogo explícito. A estrutura linguística aponta para repetição da invariável “ela” para justificar ou explicar para os coenunciadores/as ou sujeitos destinatários e interpretantes o seu ato enunciativo. Percebe-se que há uma distinção entre o sujeito de destino e o sujeito receptor, uma vez que o ato enunciativo de desculpas implica um contrato interlocutivo com o sujeito de destino e receptor. A Enunciadora segue o discurso “E eu peço que ela [], um dia [], entenda [], que eu fiz isso, pensando, também[], nos netos dela.” A presença de pausas entrecorta uma expressão verbal ou nominal indicador de silêncio e delimitador do ato enunciativo que o constitui. Há uma circunscrição do ilimitado contínuo do silêncio para o limite que a inscrição do signo linguístico introduz. O silêncio, contudo, é um signo que traz uma carga valorativa expressa na significação que ao contexto emite diferentes sentidos ou concessões. O silêncio é interpretado no entressignos. Orlandi (1995) assinala “[...] no silêncio local o sujeito é

impedido pela censura de dizer o que pode ser dito, produzindo um enfraquecimento de sentidos.” (ORLANDI, 1995). Foucault (1999) afirma que o silêncio pode ser a espera estratégica para proferir a ação de resistência ao poder do opositor, isto é, atingir o objetivo proposto, no senso-comum designada de “tacada de mestre”.

O pedido de desculpas se manifesta a figura sensível de quem consegue transcender a sua materialidade para experienciar a materialidade do outro. A sensibilidade, na sociedade patriarcal é um atributo feminino; sentimento na linha da natureza. A enunciativa utiliza esse atributo para atingir os fins. Ela não rompe com a estrutura patriarcal, contudo, ela emprega com fins racionais, apresentado ou fazendo uso, ratificando a imagem de mulheres em práticas de poder, as quais querem atingir, através de elementos persuasivos a consolidação de um *ethos*. Em seguida, ressalta a importância e o retorno da família, espaço restringido pela cultura patriarcal destinado às mulheres. o "Eu" enunciativo manifesta-se como mulher, enquanto aponta a "Ela" ex-existente a posição de transgressora da lei patriarcal. Assim, aquilo que, a priori, seria rejeitado ou confrontado serviria para "Ela" retornar e ser reinserida à lei, de modo que todo o mal que, superficialmente, emergia no momento do ato enunciativo apresentado pelo modalizador de tempo no presente do subjuntivo, seria visto, essencialmente, como bem na própria história.

### **Transcrição de fragmento do discurso da Senadora contra o impeachment**

A (ADVOGADA) invocou Deus, Deus não tem nada haver com este golpe, Sr. Presidente, invocou os netos da presidenta, chorou, isso daqui não é uma cena! nós não estamos, aqui, fazendo encenação (SENADORA).

### **(2) ANÁLISE**

A enunciativa se coloca no contexto em uma posição inferior ao papel desempenhado pelos “TU” no que tange ao uso do instrumento jurídico nomeado pelo “Sr. Presidente”; enquanto se coloca em uma posição superior à advogada ao evocar a ruptura das leis discursivas de pertinência e sinceridade, conforme Mainguneau (2002), ao passo que refere-se à “advogada” “Ela”, por meio do modalizador verbal na terceira pessoa do pretérito perfeito como infrigente das leis discursivas – pertinência e sinceridade considerados elementos sustentadores do enlace comunicacional, ao contrário, da posição estratégica do “Eu” que se coloca numa posição legítima de porta-voz do discurso político.

A enunciativa aparece deslocada, a partir do embreante "Nós", cujo conteúdo enunciativo e objeto de destino diversifica-se em um determinado grupo. O sujeito destinatário é todo e qualquer sujeito interpretante “fusão identitária”, recurso próprio do discurso político, de acordo com Charaudeau (2014).

Para este plano, ressalta-se a concepção de cena englobante de Maingueneau (2002), por meio da imagem que o “Eu” é produzido pelo interlocutor. Percebe-se que mais do que a devolutiva técnica do Presidente, ela buscava, estrategicamente, estabelecer um ato comunicacional com todos os (tele)expectadores ou ouvintes “o povo brasileiro”, com quem ela teria que dar satisfação das suas ações e de quem esperava uma posição, por meio do discurso. Assim, se constitui o terceiro nível do binômio “Eu e Tu”, conseqüentemente, “Nós” com a finalidade de afetar os sujeitos interpretantes que não coincidem com o sujeito destinatário.

O “Eu” enunciador continua apresentando argumentos para sustentar a asserção que julga como transgressora da lei discursiva “A (advogada) invocou Deus, Deus não tem nada a ver com este golpe, Sr. Presidente, invocou os netos da presidenta, chorou.”. Neste enunciado, percebe-se que ela recorre ao embreante de 3ª pessoa, ou seja, para um objeto fora do contexto enunciativo, ratificando a ex-existência por meio dos modalizadores verbais “invocou”, chorou” seguido do embreante quantitativo universal “nada a ver” e o embreante “Tu” na figura injuntiva de “Sr Presidente”, que se encontra intercalado entre um enunciado e outro, constituindo uma estrutura interfrásica intermitente pelo vocativo injuntivo com a intenção implícita de pedido, solicitação de uma ação clamorosa do *ethos*.

Na sequência, o “Eu” reforça a transgressão do ato enunciativo ao iniciar com um elemento catafórico “Isso” para validar os pressupostos “Isso daqui não é uma cena! nós não estamos, aqui, fazendo encenação.” Neste enunciado, o elemento pronominal demonstrativo catafórico é seguido de um embreante adverbial de lugar “daqui” e logo em seguida reforçado por “aqui” para apontar uma não-coerência do ato de fala à situação real. Reinicia o ato com o conectivo “e” interligando uma frase a outra em situações de equivalência sintático-semântica, contudo, embreado pelo sujeito interlocutor “Eu e Tu” subentendido em “Nós” para firmar como sujeitos coerentes e atuantes dentro nos princípios das leis do discurso. Vale ressaltar, que apesar do ato enunciativo pontuar o embreante negativo “Nós não estamos, aqui, fazendo encenação” com a finalidade de rejeitar algo fictício, que fuja da realidade; contudo, se sabe que o discurso se cumpre pela ficcionalidade construída e imaginada pelos sujeitos enunciadoreis.

A Senadora apresenta um lugar na instituição pública, na qual ela é um sujeito enunciativo e de quem ela não só estabelece um contrato dialogal com os “Tu”, mas lidera e /ou fala em nome de outros sujeitos enunciativos “Nós”. A senadora apresenta uma posição e se constitui pela constância do discurso que a torna representante de um grupo social e político, que não se limita às posições feministas, mas que integra diversas categorias que se afinam discursivamente.

## Transcrição da Expressão da Presidente do STF

"Eu não ligo. Eu, simplesmente, não me submeto as pressões."

### (3) ANÁLISE

No primeiro plano, o "Eu" enuncia uma mensagem para o "Tu" destinatário e interpretante "Tu" que interpreta e produz uma mensagem destinada ao jornalista na posição de coenunciador e representante de uma determinada instituição de meio de comunicação, que tem sido, constantemente, criticada pelas suas posições históricas e políticas contra a corrupção, uma vez que defende o julgamento e encarceramento de políticos corruptos. A pergunta " Como a senhora reage diante de tantas pressões?", por sua vez, a resposta reestabelece um contrato dialogal e, para tanto o "Eu" respondente cria estratégias para que se alcance os objetivos do ato enunciativo. Á medida que opta por expressões restrita e efetiva.

A enunciativa sabia que a sua fala iria ter repercussão para além do contexto, ou seja, a enunciação atingiria amplas dimensões temporais e espaciais, assim, havia uma disposição em estender a mensagem para outros destinatários, que não estaria no primeiro plano do discurso, mas tanto para os "Tu" como para os "Eles" na condição de ex-existente da enunciação.

O "Eu" utiliza duas assertiva paralelas sem a presença do conectivo, o qual aponta que tanto a primeira como a segunda asserções são independentes por não estabelecer relação de subordinação e coordenação. A primeira sentença após o "Eu" é seguido pelo embreante de negação "não" para manifestar uma afirmação com sentido de asserção de julgamento. Nega-se um estado mediante fato/s dos quais exigem dela posicionamento, convocação, injunção. Para tanto, a enunciativa usa o verbo "ligar" por meio do modalizador "o" indicador de presente do indicativo. O verbo aparece no sentido sintático/semântico com o sentido de "importar ou sensibilizar, tornar-se indiferente". O verbo ligar traz uma conotação metafórica à condição ontogênica do sujeito, ou seja, o verbo indicador de estado.

A segunda sentença inicia com o "Eu" seguido do embreante modal "simplesmente" para manifestar um reducionismo da ação seguinte "não me submeto as pressões", Como se percebe ela retoma o embreante adverbial de negação seguido do pronome reflexivo "me" como reforçador do "Eu" agente e o "me" condição ontogênica para reforçar uma posição integral do sujeito que afirma "submeto as pressões". Por outro lado, o "Eu" enunciativo não nega as pressões e confirma que elas existem, portanto, a admissão aponta para um movimento de resistência, de luta e combate frente às pressões, quando afirma que "não me submeto as pressões".

O significante imagético da mulher associado ao discurso apresenta uma ruptura da estrutura linguística e dos sentidos construídos socialmente pela cultura patriarcal de mulher submissa ou que se submete não somente as pressões, mas ao poder estabelecido, ao conservadorismo. Por outro lado, ao analisar as duas sentenças independentes e/ou interdependentes pela posição combinatória e pela semelhanças da estrutura linguística, percebe-se que há uma contradição no campo semântico, uma vez que se ela não liga, não há motivos para não submeter. Se há submissão, ela não ignora, portanto resiste a submissão. O modalizador verbal no presente do indicativo nas duas sentenças sinaliza para uma enunciação em que o "Eu" existe como sujeitos enunciador que estabelece um contrato com o "Tu"coenunciadores, de maneira que o enunciado é revestido de poder e de significação para os ouvintes externos ou implícitos à enunciação.

### **Considerações Finais**

Os discursos constroem a História, de modo que o fluxo *continuum* das palavras, frases, entonação, gestos, silenciamentos, risos permanecem *ad eternum* e trazem para sempre novos sentidos e significações em diferentes tempos e espaços.

Neste momento, dois pontos são ressaltados acerca das questões de gênero em interface com os movimentos Queer na relação da homonormatividade: as mulheres rompem com as estruturas da cultura e adentra no processo histórico dos sujeitos enunciadores em instâncias poder, se bem que ainda a norma heterossexual prevaleça sobre a visão da homossexualidade. O segundo ponto destaca o discurso revestido de elementos que apontam para reprodução da cultura patriarcal, na medida que se recorre as estratégias de linguagem para alcançar determinados fins.

O Estudos da AD parte da concepção de ficcionalidade dos discursos, de maneira coerente entre o dito e a realidade, cujos princípios são obscurecidos e, contraditoriamente, reforçados ao legitimar o discurso político como gênero primário da ação enunciativa e a reprodução do poder de uma categoria.

Assim, as mulheres dão continuidade à História no interregno do novo revestido com o velho, ao passo que a consciência à diversidade revele o ponto de partida para subversão da cultura patriarcal e seja alcançada a cultura da igualdade e justiça social.

### **Referência Bibliográficas**

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 6ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

BUTLER, Judith; Scott, Joan W. **Feminists Theorize the Political**. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data/Routledge, (1992)

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2014

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martim Fontes, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo/SP: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **L'Analyse du Discours**. Paris: Hachette Supérieur, 1991.

ORLANDI, Eni P. **As Formas do Silêncio: os movimentos do sentido**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Análise do Discurso: algumas observações**. In: D.E.L.T.A., vol.2, nº 1, 1986, p.105-126.

\_\_\_\_\_. **A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**. Unicamp/SP: o Brasil. Disponível em [http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/conf\\_04/eniorlandi.pdf](http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/conf_04/eniorlandi.pdf) Acesso em 14/10/2016.

PÊCHEUX, Michel; LEÒN, Simone B.; MARADIN, Jean-Marie. Apresentação da Análise Automática do Discurso. In.: **Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à Michel Pêcheux**. GADET F.; HAK, t. (orgs.). Campinas: Ed. Unicamp, 1997, p.61- 162.

\_\_\_\_\_; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In : **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à Michel Pêcheux**. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 1997, p. 254-283

Pinto, Alexandra G. Modalização e construção do humor nas crônicas de Ricardo Araújo Pereira. In. **Redis: revista de estudos do discurso**. São Paulo/Porto: Editora USP, nº 3, (2014).

PUAR, Jasbir R. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. In.: **Revista Lusófona de Estudos Culturais**. Vol.3, nº1, 2015, p. 299- 314.